



1 **ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (CMHIS).**

2 Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, em formato  
3 virtual, por meio do link <https://meet.google.com/puk-bwan-bqj>, foi realizada a 86ª Reunião  
4 Ordinária do CMHIS, da qual participaram os conselheiros: André Leivas de Araújo Vianna e  
5 Juliana H. Gomes (SMDU/HIS); Alexandre João Vieira (SESP/SMSP); Alessandra Pellizzaro  
6 Bento (FLORAM); Gabriela Stein Zacchi (IPUF); Flávio G. dos Santos Filho (SMCAM);  
7 Rosângela Maria Silva (SEMAS); Marcelo S. Haseda (SMDU); Werner Rodrigues Franco  
8 (SMS); Carlos B. Leite (SINDUSCON); Estevão R. Ribeiro (CREA/SC) e Antônio C. Nunes  
9 (CAU/SC); Luciano Leite da Silva Filho e Ivone Maria Perassa (ASA); Sheylla C. Guedes  
10 Pereira/Maçan (Região Norte da Ilha); Albertina da Silva de Souza (Região Centro Ilha);  
11 Leonardo R. Pessina Bernini (Região Leste da Ilha) e Paulo J. Rodrigues (Região Continental),  
12 representando quinze (15) entidades, totalizando dezoito (18) conselheiros. Também  
13 participaram: Beatriz M. S. da Silva (Contadora do FMHIS); Betina D'Ávila, Eduardo Z. Guidi e  
14 Nathalia de Oliveira (SMDU/Habitação); Tânia Homem (servidora municipal); Aliator Silveira  
15 (Assoc. FloripAmanhã) e Paulina Korc (Secretária do Conselho), somando um total de vinte e  
16 cinco (25) participantes. O Presidente interino, **André Leivas de Araújo Vianna**, conduziu a  
17 86ª Reunião Ordinária do CMHIS. Inicialmente, cumprimentou a todos e agradeceu pela  
18 participação dos conselheiros e dos visitantes. Na oportunidade, **André** informou que no início  
19 de setembro/2021 a Prefeitura de Florianópolis enviou à Câmara de Vereadores o Projeto de  
20 Lei (PL) de Regularização Fundiária (Reurb), do qual o mesmo participou da redação e, no  
21 momento, está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O Projeto de Lei  
22 tramitará em regime de urgência, portanto, é provável que em quarenta e cinco (45) dias já  
23 haja retorno da Casa Legislativa. Quando a nova lei de Reurb entrar em vigor, o Município terá  
24 grandes avanços, sobretudo para o escopo da Gerência de Habitação de Interesse Social.  
25 **André** disse que está colocado no PL a previsão de instituição de uma taxa para  
26 implementação de Reurb, quando o Município for executar os termos de compromisso  
27 naqueles Núcleos Urbanos Informais (NUI) de Reurb Específico (Reurb-E) e o recurso  
28 arrecadado desta taxa será revertido para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social  
29 (FMHIS) para que o Município possa executar a regularização fundiária no Município. **Antonio**  
30 **Couto** solicitou informações sobre o encaminhamento da revisão da Lei 472/2013, aprovada  
31 pelo Conselho e sobre a orientação dada pelo Município em relação à revisão do Plano  
32 Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS). Ao que **André** propôs que estas  
33 questões sejam abordadas após esgotar a pauta. Na oportunidade, **Antonio** informou que,  
34 pesquisando sobre o tema Banco de Terras, tomou ciência de que a Defensoria Pública fez



35 contato com a Universidade Federal de Santa Catarina para fazer o mapeamento dos vazios  
36 urbanos no Município de Florianópolis. Salientou que seria importante o Conselho fazer  
37 contato com os professores e defensores envolvidos, para fazer parceria, sendo que esta é  
38 uma das proposições aprovadas na I Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social  
39 e o Conselho já constituiu uma Comissão para tratar deste assunto, mas não conseguiu por  
40 dificuldades de agenda. Neste sentido, **André** disponibilizou o contato do Diretor de  
41 Fiscalização da SMDU, Fiscal Nei, salientando a importância do envolvimento da fiscalização  
42 neste circuito, pois é por meio da fiscalização que o Município começará a fazer as autuações,  
43 o IPTU progressivo para, posteriormente, tomar algum imóvel desses e aplicar na Habitação  
44 de Interesse Social (HIS). Na sequência, **André** colocou em apreciação a ata da 85ª Reunião  
45 Ordinária realizada no dia 12/08/2021 e, não havendo nenhuma insurgência, a mesma foi  
46 aprovada por unanimidade. Conforme previsto na pauta, **André** informou que, juntamente com  
47 a Kelly Cristina, buscou saber onde estava sendo destinado o recurso arrecadado da outorga  
48 onerosa no Município, antes de solicitar um percentual para ser destinado ao FMHIS. Disse  
49 ainda que já foi realizado um primeiro contato com os gestores da Secretaria da Fazenda para  
50 que seja realizado o repasse dos valores arrecadados da outorga onerosa para o FMHIS,  
51 conforme previsto na Lei Complementar nº 482/2014 e Decreto 13.454/2014. Também já foi  
52 realizado contato com a Caixa Econômica para que seja feita a abertura de uma conta  
53 específica no FMHIS, a qual já está sendo providenciada. Tendo a conta aberta, fica  
54 constituído o circuito e será encaminhado ofício à Secretaria Municipal da Fazenda para, a  
55 partir de então, de todo recurso da outorga onerosa, vinte por cento (20%) seja destinado  
56 diretamente à conta do FMHIS. Na oportunidade, agradeceu e enalteceu os conselheiros que  
57 pleitearam esta fonte de recursos em prol do FMHIS. **Pessina** elogiou pela informação  
58 prestada sobre destinação dos recursos para o FMHIS. **Aliator** indagou para onde estava  
59 sendo destinado o recurso. Ao que **André** informou que os valores estavam sendo destinados  
60 ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU), porém este fundo não existe. Sendo  
61 assim, todo recurso arrecadado da outorga onerosa, até o momento, está sendo destinado  
62 para a caixa geral do Município, onde há diversas contas. Mas salientou que, em breve, 20%  
63 deste recurso estará sendo destinado ao FMHIS. Dando sequência à reunião, conforme  
64 previsto em pauta, **André** passou a palavra à conselheira **Ivone Perassa** para tratar sobre a  
65 Política Habitacional para População em Situação de Rua. **Ivone Perassa** iniciou sua  
66 explanação salientando que este tema surgiu por conta de algumas proposições aprovadas na  
67 I Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social, sendo elas: *55ª Proposição: Destinar*  
68 *habitação de aluguel, através do PMHIS, principalmente para as famílias em área de risco alocadas,*



69 *população em situação de rua e imigrantes em situação vulnerável de urgência, até a construção da*  
70 *moradia definitiva; 67ª Proposição: Criar programas habitacionais com cessão de uso da habitação para*  
71 *populações transitórias e utilizar prédios vazios como possibilidade de habitação com cessão de uso,*  
72 *para populações em situação de rua, imigrantes e demais sem teto da nossa cidade; 73ª Proposição:*  
73 *Construir moradias dignas para pessoas em situação de rua a um custo menor mensal por um período*  
74 *para que possam ser reintegrados à sociedade e adquirir estabilidade financeira para auto sustentação;*  
75 *52ª Proposição: Priorizar o acesso imediato das pessoas em situação de rua a uma moradia individual,*  
76 *digna e segura, acompanhada de equipe de apoio flexível e multidisciplinar, em que as políticas de*  
77 *habitação, trabalho, assistência social e saúde passem a ser o foco das ações. Ivone salientou que,*  
78 *na época da Conferência o que tinha mais próximo à População em Situação de Rua era o*  
79 *Programa Minha Casa Minha Vida, de zero a três salários mínimos. A Caixa aceitava que a*  
80 *População em Situação de Rua colocando, profissionalmente, como catadores de material*  
81 *reciclável e várias pessoas conseguiram ser beneficiadas com HIS em diversos municípios.*  
82 *Fora isso, Ivone disse que propõe ao Conselho conversar sobre a População em Situação de*  
83 *Rua da Capital, realidade que precisa ser discutida, por mais difícil que seja, pois essa*  
84 *população também tem direito à moradia. Salientou que este assunto leva um tempo até cada*  
85 *um assimilar, pois o cotidiano nos leva a pensar de forma equivocada. Disse ainda que já é*  
86 *uma realidade no Brasil, pensar, aceitar, falar e criar programas de habitação para População*  
87 *em Situação de Rua. Ivone enfatizou que, desde 2013, vem acompanhando as discussões*  
88 *sobre População em Situação de Rua, tanto a nível nacional, nos estados, em Santa Catarina,*  
89 *na Capital e, nas oportunidades encontradas, vem pontuando este tema, pois precisa ser*  
90 *abordado. Salientou que já era uma expectativa que o Governo Federal fosse criar alguma*  
91 *normativa neste sentido. Alguns estados conseguiram aplicar experiências exitosas e*  
92 *receberão recursos financeiros destes nove milhões e duzentos mil reais que o governo*  
93 *federal disponibilizará em 2022. São diversos modelos aplicados pelos estados, alguns*  
94 *utilizaram como moradia para População em Situação de Rua, os prédios abandonados,*  
95 *sendo habitações individuais (pessoa, casal ou família), sendo a preferência para pessoas que*  
96 *tem maior dificuldade de se manter nos abrigos. Os estados que investiram em moradia para*  
97 *população em situação de rua, não precisaram investir grandes valores em albergues, casas*  
98 *de passagem, casas de acolhimento, dentre outras. Estes estados já entenderam que é mais*  
99 *barato investir em habitação com acompanhamento do que investir em casas de acolhimento,*  
100 *passagem ou albergue, pois estas alternativas acabam mantendo as pessoas em situação de*  
101 *rua. Na oportunidade, Ivone discorreu sobre as alternativas que a População em Situação de*  
102 *Rua dispõe em Florianópolis, salientando que a porta de entrada é o Centro Pop/Passarela do*



103 Samba. Se a pessoa for encaminhada para o Albergue da Avenida Hercílio Luz, já se sente  
104 vitoriosa, onde a mesma irá pleitear uma vaga na Casa Rosa – Casa de passagem, no intuito  
105 de ser encaminhada à Casa de Acolhimento, onde o tempo de permanência é maior e pode  
106 permanecer no local no tempo integral, ao contrário dos outros espaços em que precisam sair  
107 no período diurno. Na política nacional já está entendi que estes espaços ofertados exigem  
108 muito investimento para que uma pessoa consiga sair desta situação. A discussão é: como  
109 sair disso, se a População em Situação de Rua só cresce, a abertura de casas de acolhimento  
110 não resolve o problema e a rotatividade se mantém. **Ivone** disse que ocorreram dois  
111 seminários internacionais sobre este tema concluindo que vale a pena investir em alguns  
112 modelos de moradia, não se tratando do projeto arquitetônico, mas sim, do modelo como  
113 sustentação, como uso do espaço, surgindo a ideia do Projeto Moradia Primeiro. O governo  
114 federal deu o primeiro passo com a publicação da Portaria 2927, de 21/08//2021  
115 reconhecendo Moradia Primeiro como uma política a ser implantada doravante. O Projeto  
116 Moradia Primeiro tem por objetivo romper com os serviços atualmente ofertados, romper com  
117 o sistema de ascensão. O Projeto Moradia Primeiro parte do princípio básico: A moradia é um  
118 direito básico que não deve ser negado a ninguém, além de outros princípios que precisam ser  
119 respeitados, como: o beneficiário não depende de nenhuma situação anterior e terá que  
120 aceitar que uma equipe técnica irá acompanhá-lo nesta moradia. Ivone disse que tem  
121 experiências em Curitiba/PR, Porto Alegre/RS, Fortaleza/CE, Belo Horizonte/MG, Rio de  
122 Janeiro/RJ, Salvador/BA. Na oportunidade, discorreu sobre os investimentos realizados em  
123 Curitiba/PR. O Projeto não é voltado para pessoas que recém chegaram às ruas, mas sim  
124 voltado à População em Situação de Rua mais doente, mães com crianças e mulheres  
125 grávidas, pessoas com deficiência, idosas, problemas mentais, as quais não encontram lugar  
126 no que está ofertado atualmente no Município. **Ivone** salientou que Florianópolis não tem  
127 nenhuma política para População em Situação de Rua na área da saúde, para pessoas com  
128 tuberculose, mães com crianças a não ser que estejam com risco de vida e sofrendo violência,  
129 pessoas idosas, as quais estão nas casas de acolhimento, porém não está correto, pois não  
130 se trata de residência de idoso, pessoas com deficiência. Anterior à Portaria, o recurso era  
131 disponibilizado pelas emendas parlamentares, buscado pelas organizações não  
132 governamentais, mobilização das igrejas. Com a publicação da Portaria, o governo federal irá  
133 disponibilizar recursos para o Projeto Moradia Primeiro, através do Ministério da Mulher, pois o  
134 Comitê Intersetorial da População em Situação de Rua está ligado neste Ministério. **Ivone**  
135 disse que, na avaliação de muitos países, de tudo o que já foi criado e ofertado à População  
136 em Situação de Rua, entendem que o Projeto Moradia Primeiro é a melhor alternativa, porque



137 a ideia não é criar um conjunto residencial específico para esta demanda, pois não se sustenta  
138 e irá marginalizar ainda mais esta população. Mas a proposta é inserir estas pessoas na  
139 habitação, de acordo com o perfil, em lugares possíveis de essa pessoa se aproximar e  
140 relacionar com a comunidade local e fazer o processo de resgate, inclusive familiar. No  
141 Moradia Primeiro, a pessoa não é proprietária da residência, mas terá cessão para o tempo  
142 que for necessário até que consiga dar o passo em busca da moradia definitiva e particular.  
143 Finalizada a apresentação, **André** passou a palavra ao **Antonio Couto**, que salientou a  
144 possibilidade de fazer articulação com a Defensoria Pública, a qual está realizando o  
145 levantamento dos imóveis vazios, tanto de edificações quanto de terrenos. Isso está sendo  
146 desenvolvido pelos professores de arquitetura da UFSC em parceria com a Defensoria  
147 Pública. **Antonio** salientou que o Conselho e/ou a Prefeitura poderiam participar desta ação.  
148 **Paulo Rodrigues/Paulinho**, como representante da Região Continental, salientou que o  
149 Conjunto Habitacional do Abraão, citado pela conselheira Ivone, está em total abandono e  
150 disse que não sabe se tal situação é por conta dos moradores ou se a Prefeitura tem alguma  
151 responsabilidade no resgate daquela situação de total depredação. Disse ainda que a  
152 Empresa Sirella fez a revitalização de todos os blocos, mas com o passar do tempo, está  
153 novamente deteriorado. **Ivone** esclareceu o problema do conjunto habitacional do Abraão  
154 exemplificando outros estados que também convivem com esse mesmo problema, em que as  
155 famílias demoram a ser inseridas no bairro, tornando-se um universo específico. **Betina**  
156 esclareceu que o Conjunto Habitacional é de responsabilidade da COHAB, a Prefeitura de  
157 Florianópolis não tem nenhum vínculo com o empreendimento do Abraão. **André** reafirmou a  
158 colocação da Ivone salientando que ao pensar a inserção da População em Situação de Rua  
159 na sociedade, é necessário fazer com que se sintam integrantes do Município, evitando a  
160 marginalização e inserindo-os nos espaços públicos ou privados que não estão sendo  
161 utilizados, sendo forçados a cumprir a função social da propriedade. Esta ação precisa estar  
162 ampara em estudos técnicos sociológicos e ambientais, para promover a inserção destas  
163 pessoas na sociedade. Como advogado, **André** também destacou a situação das pessoas que  
164 saem dos presídios, os quais sofrem o problema da reinserção na sociedade, pois, na maioria  
165 das vezes, acaba retornando ao mesmo ambiente que o levou a cometer algum tipo de delito.  
166 Neste sentido, **André** enfatizou que é preciso pensar políticas públicas para as pessoas em  
167 situações mais vulneráveis. Na oportunidade, **André** disse que está em discussão um projeto,  
168 do qual a conselheira Maçan faz parte juntamente com a comunidade, de uma área próxima à  
169 Comunidade Vila União, para implementação de um conjunto habitacional de interesse social.  
170 Porém há toda uma discussão de onde colocar esse empreendimento, quem será beneficiado,





171 considerando haver conflitos internos que precisam ser considerados. **André** corroborou com  
172 a iniciativa da Ivone sobre a necessidade de realizar essa discussão, considerando haver  
173 inúmeros prédios abandonados em diversas regiões do Município. Salientou que é preciso  
174 buscar mecanismos para fazer com que os proprietários cumpram com a função social da  
175 propriedade. Na sua percepção este Conselho deveria estar à frente desta ação, em conjunto  
176 com a Prefeitura, setor da habitação e da fiscalização, podendo contar com os estudos da  
177 UFSC e da Defensoria Pública. Em relação aos imóveis abandonados, **Betina** disse que a  
178 Prefeitura está realizando este levantamento e buscou obter informações contidas nos  
179 processos do Ministério Público. Disse ainda que há muita dificuldade para ter acesso às  
180 informações dos imóveis abandonados, já foi realizado o levantamento de todas as edificações  
181 abandonadas e com obras paralisadas, e identificaram que o pagamento do IPTU está  
182 atrasado e buscaram saber o motivo pelo qual a obra foi paralisada. Na maioria delas, a  
183 empresa parou a obra porque está com dívida trabalhista. **Ivone** disse que é necessário  
184 pensar esta alternativa, mas salientou que o déficit habitacional é tão alto no Município que, se  
185 tiver alguma ação em função da População em Situação de Ruas, os munícipes iriam reagir  
186 negativamente à iniciativa da gestão municipal. Neste sentido, propôs que, seja pensado num  
187 fórum para esta demanda e evoluir nessa discussão e no entendimento. É importante trazer  
188 experiências positivas e, aos poucos, ir introduzindo o tema no Município, para que, quando  
189 houver alguma ação à população em Situação de Rua, já haverá mais entendimento e  
190 abertura, uma aceitação que de fato se o Município não incluir essas pessoas, elas acabarão  
191 morrendo nas ruas de Florianópolis. Na oportunidade, **Ivone** exemplificou que em Belo  
192 Horizonte/MG, há vários anos, foi criado o Bolsa Moradia e neste Programa, aos poucos, foi  
193 incluindo a população em situação de vulnerabilidade, conseguindo implantar de uma forma  
194 que a cidade foi absorvendo. Destacou a importância de aprofundar e de criar espaços de  
195 conversa sobre o tema na Cidade, salientando a possibilidade de trazer experiências de  
196 regiões do Brasil e outros países, como Portugal, considerando que as reuniões estão sendo  
197 realizadas no formato virtual. A conselheira reafirmou que a discussão é necessária e o  
198 Projeto Moradia Primeiro é proposta de moradia com acompanhamento da equipe técnica.  
199 Neste sentido, **André** enfatizou que o acompanhamento é fundamental, porque a moradia é  
200 um dos problemas desta demanda. Salientou que é preciso descaracterizar, aos poucos, a  
201 concepção de morador de rua, promovendo a reinserção na sociedade. **Eduardo** solicitou  
202 esclarecimentos sobre o Moradia Primeiro, ao que **Ivone** complementou a informação de que  
203 o Programa busca moradias dispersas pelo Município com acompanhamento individualizado  
204 pela equipe técnica, para facilitar a inclusão dessa pessoa na comunidade em que passa a



205 residir e diminuir investimento com equipe técnica. Não seria uma moradia temporária, porque  
206 o beneficiário não tem um prazo determinado para permanecer naquela habitação. O  
207 beneficiário não se tornará proprietário daquela moradia e não poderá passar para herdeiros.  
208 **André** disse que a falta de acompanhamento efetivo e individualizado do poder público nos  
209 empreendimentos habitacionais do Município, provocou inúmeras vendas informais de  
210 unidades habitacionais. Salientou que, normalmente, as políticas adotadas são de visão mais  
211 macro da comunidade, considerando que as alocações são realizadas em grupo. Na  
212 oportunidade, enfatizou que o Projeto Moradia Primeiro será uma meta, mas para tanto, é  
213 preciso amadurecer esta conversa, tanto junto aos gestores, quanto as pessoas envolvidas  
214 com as questões de habitação de interesse social e, sobretudo, os munícipes. Será preciso  
215 chegar a um entendimento coletivo, não analisando como um problema, mas como uma  
216 realidade que precisa de atenção e ser remediada. Na oportunidade, **André** solicitou à Ivone  
217 que se tiver recomendação de alguém, do Brasil ou exterior, que pudesse compartilhar a  
218 experiência, que convidasse em nome do CMHIS. **Eduardo** disse que o Conselho precisa  
219 discutir algumas situações, exemplificando o empreendimento do Abraão e o conjunto  
220 habitacional Chico Mendes, que estão se degradando. Salientando que quando o espaço é  
221 individual o beneficiário se empenha para fazer a manutenção e melhoria, mas quando é  
222 coletivo (multifamiliar) as dificuldades de manutenção são constantes com sérias  
223 consequências. Conforme o tipo de habitação que o poder público propõe, pode ter uma  
224 determinada consequência ou não, e esta discussão é salutar para ser discutida pelo  
225 Conselho. **Ivone** disse que Moradia Primeiro é um serviço ofertado, uma oportunidade de a  
226 pessoa conseguir viver com mais dignidade e começar a dar passos na sua vida,  
227 possibilitando que consiga se resgatar de tal forma que o retorno à família é uma  
228 consequência natural. Informou que as Organizações Não Governamentais (ONGs) na Grande  
229 Florianópolis dão suporte para, aproximadamente, cem (100) pessoas em processo de saída  
230 das ruas. **Ivone** disse que faz parte de uma Organização que dá suporte a seis (6) unidades  
231 de pessoas em processo de saída das ruas e, na sua avaliação, são pessoas que não  
232 permanecerão em Florianópolis definitivamente, pois a sua história, raiz, família não são daqui.  
233 Mas eles estão numa fase em que, o salto seguinte, será o retorno à família, por inúmeros  
234 motivos (casa, herança, pais, filhos, etc). Por isso, o Moradia Primeiro, não sendo propriedade  
235 privada, não permanecerá àquela pessoa caso ela queira residir em outro local. Ivone disse  
236 ainda que a População em Situação de Rua é uma realidade que mais incomoda, agita a  
237 Cidade, porque essas pessoas não param nas residências coletivas que são ofertadas, porque  
238 não se adequam. A conselheira disse que poderá convidar o Coordenador Nacional do



239 Ministério da Mulher para uma reunião do Conselho. Em relação à ideia do aluguel social, que  
240 no Brasil dizem que não funciona, **Antonio** salientou que existem métodos para transformar  
241 isso de uma forma mais efetiva e duradoura. Informou que, no início deste ano, acompanhou  
242 um seminário do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR) sobre o desenvolvimento de  
243 uma política, dentro do Programa Casa Verde Amarela, nos termos do aluguel social. Em  
244 relação às colocações do Eduardo em relação aos empreendimentos multifamiliares, **Antonio**  
245 disse que o grande diferencial para a manutenção desses prédios é a participação social,  
246 baseado na sua pesquisa de mestrado - Análise de Projetos do Programa Minha Casa Minha  
247 Vida – Entidades em São Paulo, pois quando as famílias que irão receber esse benefício  
248 participam do processo ativamente, elas sentem-se parte e contribuem na manutenção do  
249 empreendimento e da convivência. Na oportunidade, **Antonio** indagou se foi dado  
250 encaminhamento à solicitação do Conselho na contratação de empresa para revisão do  
251 PMHIS, para inserir esses elementos nessa revisão. **André** disse que toda a discussão  
252 realizada no decorrer da reunião, mostrou que a situação é complexa e, é preciso partir dessa  
253 premissa, trazendo todos os pontos que precisam ser debatidos para buscar outros  
254 mecanismos, formando um conceito enquanto Conselho, munindo-se das experiências de  
255 sucesso e incluir no PMHIS para que se possa ter essa meta, enquanto Conselho. **Paulinho**  
256 manifestou sua preocupação em relação às entidades que estão fazendo pressão, envolvendo  
257 o Ministério Público, Conselho de Segurança e a Secretaria do Continente e entidades de  
258 associações de moradores, para demolição de certos imóveis sem ampla discussão prévia  
259 sobre a possibilidade de aproveitamento delas. Salientou que na região Continental tem  
260 imóveis que poderiam se muito bem aproveitados para inserção de famílias. Na oportunidade,  
261 salientou que o Conselho Municipal de Habitação poderia se envolver para que não seja  
262 permitida a demolição sem ampla discussão sobre o reaproveitamento desses imóveis. **Paulinho**  
263 finalizou sua colocação, enfatizando que nas reuniões que participou se manifestou contrário a  
264 esta ação e defende o reaproveitamento dos imóveis abandonados. **André** disse que, além da  
265 ampla discussão, o caso também merece um estudo técnico prévio, para verificar se há algum  
266 risco a edificação por conta do abandono e, não havendo riscos, teria que abrir uma discussão  
267 para analisar qual seria a melhor alternativa para cada imóvel. **Betina** disse que seria  
268 interessante tratar sobre isso com o Ministério Público, mais especificamente o Promotor Dr.  
269 Daniel Paladino, para poder cruzar com as informações da Prefeitura e solicitar ao Ministério  
270 Público que tipo de trabalho está sendo realizado para ser aproveitado pela Gerência de  
271 Habitação e ter maior esclarecimento, considerando que tem integrantes do Município que  
272 estão participando dessa força tarefa do Ministério Público. Salientou que o cruzamento de





273 informações permitirá um maior alinhamento sobre o assunto. Como encaminhamento, **André**  
274 definiu que será encaminhado ofício ao Ministério Público e Defensoria Pública solicitando  
275 informações do levantamento e estudo realizado em relação aos imóveis desocupados no  
276 Município de Florianópolis. **Ivone** disse que a solicitação de demolição dos imóveis  
277 desocupados é uma visão higienista, ou seja, 'demolir para que os vagabundos não utilizem  
278 para fazer bagunça e algazarra', definindo desta forma a População em Situação de Rua.  
279 **Pessina** enalteceu a explanação e o debate provocado pela Ivone. **Antonio** salientou a  
280 importância do encaminhamento do ofício ao Ministério Público e à Defensoria Pública, e falou  
281 que fará contato com os professores da UFSC para se inteirar sobre as ações realizadas.  
282 **André** solicitou que Antonio insira a Betina neste circuito. Finalizando esta pauta, **André**  
283 agradeceu à conselheira Ivone sobre sua explanação. Em relação ao item 5 da pauta que trata  
284 dos Encaminhamentos das proposições da I Conferência Municipal de Habitação de Interesse  
285 Social, **Paulina** esclareceu que das 74 Proposições aprovadas, a Comissão avaliou a  
286 necessidade de debater cinco (5) delas na plenária do Conselho, dada sua complexidade.  
287 Considerando não haver tempo hábil para esta pauta, **André** propôs que a mesma seja  
288 inclusa na próxima reunião ordinária. **Paulina** disse que a Tabela das Proposições com os  
289 encaminhamentos indicados pela Comissão será disponibilizada aos conselheiros antes da  
290 reunião ordinária de outubro. **Albertina** se manifestou dizendo que assistiu parte da reunião  
291 da Frente Parlamentar de Regularização Fundiária da Câmara de Vereadores que está  
292 discutindo o Projeto de Lei sobre a nova lei de Regularização Fundiária. Na oportunidade,  
293 lamentou que a proposta nem sequer foi apresentada ao Conselho e solicitou que o Projeto de  
294 Lei seja apresentado e discutido na reunião do Conselho, considerando que trata-se de uma  
295 lei bastante importante para este Conselho. Enfatizou que a nova lei está posta, inclusive por  
296 causa de uma Ação Civil Pública, para tanto, é importante que o Conselho tome  
297 conhecimento. **Albertina** também disse que gostaria de entender algumas questões colocadas  
298 como objetivos de Reurb para o Município. Considerando a solicitação, **André** disse que este  
299 assunto será incluso na pauta da próxima reunião. **Antonio** retomou solicitação de  
300 informações sobre o encaminhamento dado à revisão da Lei 472/2013 do FMHIS e em relação  
301 à revisão do PMHIS, considerando que foi aprovado o documento elaborado pela Comissão,  
302 quais os próximos passos a serem dados, como a elaboração do Termo de Referência (TR).  
303 Ao que **André** solicitou que também sejam pontuados para a próxima reunião. Nada mais  
304 havendo a tratar, **André Vianna** encerrou a reunião e eu, **Paulina Korc**, redigi a presente ata.